

INQUÉRITO À ESTRUTURA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS 2013

Entre novembro de 2013 e março de 2014, a Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) inquiriu uma amostra das explorações agrícolas da Região, tendo sido realizadas 1 365 entrevistas presenciais aos agricultores madeirenses.

Esta operação estatística, que voltará a repetir-se em 2016, foi coordenada a nível nacional pelo Instituto Nacional de Estatística permitindo a atualização dos dados do Recenseamento Agrícola 2009.

Evolução do número de explorações e da SAU

Segundo o Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013 (IEEA 2013), a Região Autónoma da Madeira tinha naquele ano, 12 068 explorações e uma Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de 5 262,2 hectares (1 hectare = 100 ares = 10 000 m²). Face ao Recenseamento Agrícola de 2009 (RA09), o número de explorações agrícolas caiu 11,3%, enquanto a SAU diminuiu apenas 3,1%. Isto significou um aumento da área média de SAU (calculada pela divisão da SAU pelo número de explorações com SAU que é de 12 055) para o máximo histórico de 43,7 ares (4 365 m²) dos últimos 50 anos (período no qual foram realizados inquéritos à estrutura das explorações agrícolas, incluindo recenseamentos). No RA09 a área média de SAU apurada foi de 3 997 m².

A queda pronunciada no número de explorações, sem expressão equivalente na SAU, traduz por um lado uma tendência para a concentração de terras e por outro que o fenómeno do abandono de explorações entre o período que mediou as duas operações estatísticas (RA09 e IEEA 2013) foi mais frequente em explorações de menor dimensão.



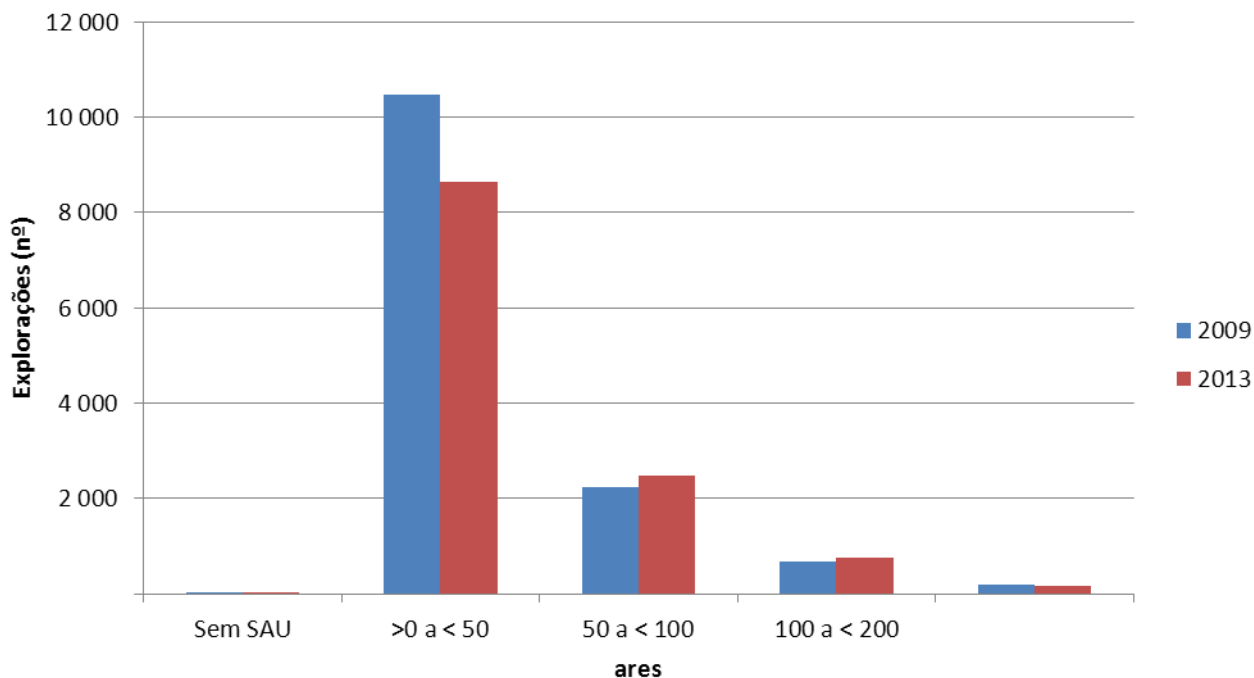
Direção Regional de Estatística da Madeira

“Uma porta aberta para um universo de informação estatística”



A desagregação por classes de SAU evidencia que as quebras observadas ocorreram nas explorações com menos de 0,5 hectares de SAU, como mostra o gráfico abaixo. A redução do número de explorações mais pequenas é um fenómeno comum ao do conjunto do país.

Gráfico 1 – Explorações por classes de SAU 2009/2013



De referir ainda que em 2013, as explorações agrícolas concentravam 10,1% da área total da RAM.

Dimensão económica e especialização das explorações

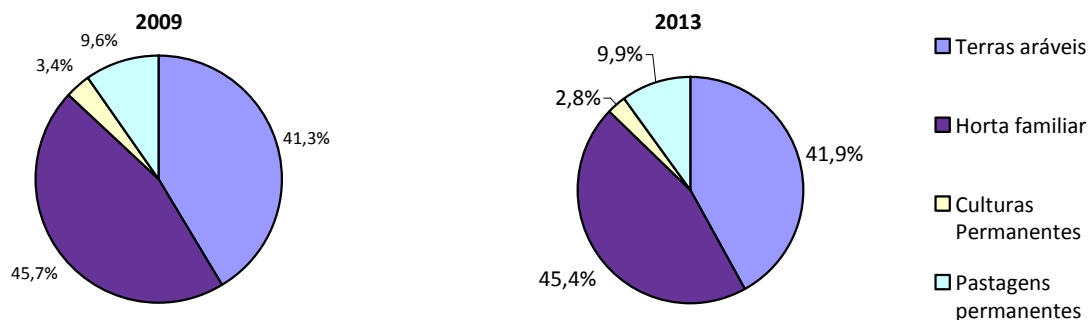
Os dados do IEEA 2013 evidenciam a maior dimensão económica das explorações madeirenses face ao passado. Com efeito, apesar de em 2013 80,5% das explorações terem uma dimensão económica inferior a 8 000 euros (muito pequenas), esta percentagem é inferior aos 85,2% de 2009. As explorações de pequena, média e grande dimensão passaram a ter maior peso. As de pequena dimensão eram, em 2013, 15,5% do universo de explorações (12,9% em 2009), as de média dimensão 3,5% (1,5% em 2009), enquanto as grandes representavam 0,4% (o mesmo que em 2009). Em termos absolutos apenas as explorações muito pequenas diminuíram em número.

Em 2013, 64,4% das explorações da RAM eram especializadas (65,3% em 2009), principalmente em horticultura e floricultura (15,5%), fruticultura (15,9%) e vinha (10,5%).

Utilização da SAU

Como demonstra o gráfico 2 não existem alterações substanciais na repartição da utilização das terras face ao RA09, mantendo-se a predominância das culturas permanentes (que compreende basicamente as fruteiras e a vinha) e das terras aráveis (onde estão incluídas as culturas temporárias, como por exemplo as hortícolas, a batata e as flores). Aquelas áreas concentram 45,4% e 41,9% da SAU respetivamente, enquanto as pastagens permanentes representam perto de 10% da área total de SAU. A horta familiar perdeu relevância, valendo apenas 2,8% da área de SAU. Em termos absolutos, o único crescimento, embora residual, verificou-se nas pastagens permanentes.

Gráfico 2 – Composição da SAU 2009/2013



Nas culturas temporárias (2 164 hectares, -0,4% que em 2009) há a destacar o acréscimo na área de cana-de-açúcar para 156 hectares (+35,4% face ao RA09) e a quebra nas hortícolas (-16,9%), que se mantém porém como a cultura mais importante dentro das temporárias, com uma área base de 840 hectares. Saliência ainda para o crescimento verificado na batata-doce, que registou, em cultura principal (ou seja como cultura única durante ou ano ou sendo a economicamente mais importante quando entra em rotação com outra cultura), um acréscimo de 31,3% para os 360 hectares.

Nas culturas permanentes (2 389 hectares, -3,8% que em 2009), destaque-se o aumento na área contínua de bananeiras de 697 hectares em 2009 para 731 hectares em 2013, que contribuiu para o acréscimo de 6,1% verificado no grupo das culturas subtropicais. Este grupo mantém-se como o mais representativo nas culturas permanentes (37,7% do total). Em sentido inverso, a vinha registou uma quebra acentuada da sua área (-15,2%), fruto essencialmente da redução das áreas de produtores diretos (onde se incluem algumas castas com as designações vulgares de jaqué, americano, canim, etc..) que não ultrapassavam os 469 hectares em 2013 (menos 155 hectares que em 2009). Pela primeira vez, a área de *vitís vinífera* é superior à dos produtores diretos, atingindo os 487 hectares. No domínio das permanentes, saliência ainda para o acréscimo face ao RA09 dos frutos frescos (macieiras, cerejeiras, pereiros para sidra, etc..) em 8,3% e do decréscimo dos citrinos (laranjeiras, limoeiros, etc..) em 16,4%.

Rega e máquinas agrícolas

Em 2013, 84,6% da SAU tinha condições de ser regada caso o produtor o entendesse, uma percentagem inferior em 1 ponto percentual à registada no RA09. De referir que as áreas de pastagens permanentes são aquelas que apresentam menor percentagem de superfície irrigável (27,5%). Nas terras aráveis esse rácio atinge 95,5%.

78,0% das explorações com disponibilidade de rega têm água de rega providenciada pelo sistema coletivo público, sendo que 87,5% beneficiam de água proveniente de uma levada.

A rega por regos continua a ser mais comum mas os métodos mais modernos, nomeadamente a aspersão (fixa e móvel), a micro-aspersão e a rega gota-a-gota ganharam peso face a 2009.

Esta progressiva mecanização da mão-de-obra agrícola é evidenciada também pelo aumento do número de motocultivadores e motoenxadas em 5,6% e 21,9%, respetivamente.

Efetivos animais

Nos efetivos animais, o principal realce vai para a enorme diminuição no número de suínos. No IEAA 2013 foram contabilizados 4 585 animais, menos 12 mil suínos que no RA09. Esta queda pronunciada deveu-se ao fecho de empresas ligadas à suinicultura industrial, sendo que o reflexo desta situação já tinha sido constatado nas estatísticas do gado abatido divulgadas trimestralmente pela DREM.

Em 2013 contaram-se 4 599 bovinos, 6 740 caprinos e 5 682 ovinos nas explorações agrícolas da RAM. Refira-se que os animais são contabilizados no dia de passagem do entrevistador.

Natureza jurídica do produtor, população agrícola familiar e mão-de-obra não familiar

Em 2013, a população agrícola familiar na Madeira (constituída pelo produtor agrícola e pelo seu agregado doméstico) era de 34 977, 5 783 indivíduos a menos que em 2009.

Daqueles 34 977, 11 883 eram produtores singulares (e os restantes são, em regra, elementos dos seus agregados domésticos). É este tipo de responsável jurídico e económico que está à frente de 98,5% das explorações agrícolas da Região.

Como já foi referido, as sociedades ganharam peso, passando a constituir 1,1% do total das explorações da RAM em 2013 (0,5% em 2009) e detendo 3,5% da SAU (1,6% em 2009).

Do total de produtores singulares, pouco mais de metade (52,2%) eram homens, uma situação distinta da nacional onde a percentagem de mulheres produtoras não chega a um terço. Comparativamente ao RA09, esse rácio cresceu na RAM (47,3% em 2009 para 47,8% em 2013).

A média de idade dos produtores madeirenses é de 61 anos, mais um ano que em 2009, mas ainda abaixo da média nacional que é de 64 anos. A melhoria das habilitações dos produtores tem prosseguido ao longo dos anos, com a percentagem daqueles que não têm nível de instrução a cair (de 31,2% em 2009 para 25,7% em 2013) e a dos que possuem habilitações superiores a aumentar.

A percentagem de produtores madeirenses que declararam trabalhar a tempo completo nas explorações permanece reduzido (15,9%), embora essa percentagem tinha crescido 4,7 p.p. face ao RA09.

Em linha com estes dados – que traduzem uma vertente da atividade agrícola para além da de complemento do rendimento familiar – está a evolução da mão-de-obra agrícola não familiar.

Segundo os dados expressos em UTA (Unidades de Trabalho-Ano), verificou-se um acréscimo da mão-de-obra não familiar permanente de 22,6%, sendo que a eventual (ocasional) caiu 32,1%. Não obstante 86,5% das UTA totais ainda advém da mão-de-obra familiar.

Rendimento do produtor e continuidade da exploração agrícola

Apenas 3,9% dos agregados domésticos dos produtores singulares da Região vivem exclusivamente do rendimento resultante da exploração agrícola, uma percentagem ligeiramente superior à de 2009 (3,7%). 63,5% dos agregados têm pelo menos um indivíduo que aufer de pensões e/ou reformas (58,5% em 2009).

No que respeita às intenções futuras dos produtores singulares madeirenses em relação à sua exploração agrícola, 98,7% asseguram que continuarão a mantê-la. O complemento ao rendimento familiar é apontado por cerca de dois terços como a principal razão para isso. O valor afetivo é referido por 17,3%, enquanto 11,4% declaram não ter alternativa. 3,8% salientam a viabilidade económica da exploração.